



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

**X Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Imigração – CNIg**

Ata da ordem do dia 09 de dezembro de 2015.

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ata da X Reunião Ordinária Conselho Nacional de Imigração - CNIg

Data: 09 de dezembro de 2015.

Local: Sala 433 – Ed. Sede MTPS

1 Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quinze teve início a X Reunião Ordinária do
2 Conselho Nacional de Imigração – CNIg, sob a Coordenação do Sr. Paulo Sérgio de Almeida,
3 Presidente do Conselho Nacional de Imigração, titular MTPS. Estiveram presentes os
4 seguintes participantes: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, Ministério do Trabalho e
5 Previdência Social (**MTPS**); Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant’ana, do Ministério das
6 Relações Exteriores (**MRE**); Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva, do Ministério
7 da Justiça (**MJ**); Sr. Osório Vilela Filho, do Ministério da Agricultura, Pecuária e
8 Abastecimento (**MAPA**); Sra. Edna de Souza Cesetti e Sr. Alcebíades Gomes Pereira, do
9 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (**MDIC**); Sra. Lídia Miranda
10 de Lima, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**); Sra. Camila Moraes
11 Tiussu, do Ministério do Turismo (**MTur**); Sr. Odilon dos Santos Braga, da Central dos
12 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (**CTB**); Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho, da Central
13 Única dos Trabalhadores (**CUT**); Sr. Elias Ferreira, da Força Sindical (**FS**); Sra. Marjolaine
14 Bernadete Julliard Tavares do Canto, da Confederação Nacional do Comércio de Bens,
15 Serviços e Turismo (**CNC**); Sra. Christina Aires Corrêa Lima, da Confederação Nacional da
16 Indústria (**CNI**); Sr. Rodrigo Hugueneu do Amaral Mello, da Confederação da Agricultura e
17 Pecuária do Brasil (**CNA**); Sr. Luiz Henrique David, da Confederação Nacional do Transporte
18 (**CNT**); Sra. Kelly Dantas da Silva, Confederação Nacional das Instituições Financeiras
19 (**CNF**); Sra. Bela Feldman Bianco, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
20 (**SBPC**); dos observadores: Sr. Duval Magalhães Fernandes, da Comissão Nacional para
21 População e Desenvolvimento (**CNPD**); Sra. Ir Rosita Milesi, do Instituto Migrações e
22 Direitos Humanos (**IMDH**); Sra. Cynthia Sampaio e Sra. Thaís Dias Fortuna, da Organização
23 Internacional do Trabalho (**OIT**); Sr. Matteo Mandrile, da Organização Internacional para as
24 Migrações (**OIM**); Sr. Alexandre Rabelo Patury, do Departamento da Polícia Federal (**DPF**);
25 Sr. Raimundo Jorge Santos Seixas, da Agência Brasileira de Inteligência (**ABIN**); Sra.
26 Cristiane Maria S. Lopes, do Ministério Público do Trabalho (**MPT**); dos Servidores da
27 Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de
28 Imigração; Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos; Sra. Ana Priscila Martins da Cruz, Sra. Glenda
29 Cristine C. Corrêa e Sra. Alessandra Teixeira de Araújo e dos Convidados: Sra. Márcia de
30 Paula Leite, da **UNICAMP**; Sr. Daniel Castanheira, do **IMDH**; Sra. Tânia Tonhati e Sra.

31 Sarah Almeida, do Observatório das Migrações Internacionais (**OBMIGRA**); Sr. Marcos
32 Vinícios de Araújo Vieira, do Ministério das Relações Exteriores (**MRE**); Sr. Ricardo
33 Rotenberg e Wagner Oliveira, da Fundação Getúlio Vargas (**FGV**); Sra. Joana C. Barbosa, do
34 **ICMPD**, Sra. Priscila Strassburger, da **PFDC/PGR**; Justificadas as ausências: Sr. Valdir
35 Vicente de Barros, da União Geral dos Trabalhadores (**UGT**); Sr. José Ribamar Dantas, da
36 Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (**CGTB**); **ABERTURA**: O Presidente do Conselho
37 Nacional de Imigração - CNIg, Sr. **Paulo Sergio de Almeida**, iniciou a reunião saudando a
38 todos, agradecendo a presença dos Conselheiros, representantes das Instituições observadoras
39 e convidados. Propôs entrarem na Agenda, já que discutiram sobre o balanço do ano no jantar
40 de ontem e o debate desta reunião será um pouco extenso. Arrazoou que a Agenda é composta
41 por: abertura; aprovação da agenda; aprovação do calendário anual de reuniões de 2016;
42 aprovação da Ata da VIII Reunião Ordinária do CNIg; apresentação do estudo da Fundação
43 Getúlio Vargas; apresentação da extração de dados do Sistema de Tráfico Internacional; relato
44 do Grupo de Trabalho de Novos Fluxos Migratórios; relato do Grupo de Trabalho de
45 Organização do Fórum de Participação Social; Relato do Grupo de Trabalho de Revisão da
46 Resolução Normativa 86; relato do Grupo de Ingresso de Criança e Adolescente Imigrantes
47 no Brasil; assuntos diversos: ofício do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e
48 Paraolímpicos de 2016 solicitando uma alteração em uma Resolução, ofício da Defensoria
49 Pública da União solicitando uma alteração na Resolução Normativa nº 93, relato sobre a
50 Resolução Normativa nº 118, apresentação do estudo sobre a Cadeia Econômica do Vestuário
51 com Trabalhadores Imigrantes; processos a serem relatados. Adiantou que não houve reunião
52 do Grupo de Trabalho de Ingresso de Criança e Adolescente Imigrantes no Brasil, havendo
53 apenas um relato da Secretaria de Direitos Humanos de alguns encaminhamentos sobre o
54 tema no CONANDA. Sugeriu retirar de pauta o relato da Resolução Normativa 118,
55 informando que a mesma foi publicada. Solicitou aos Conselheiros, se possível, para
56 comparecerem no início reunião da parte da tarde, quando serão relatados os processos, pois
57 será realizado o relato de uma solicitação de residência que engloba 336 ganeses que estão no
58 Distrito Federal, cuja requerente é a Defensoria Pública da União e trata-se de uma questão
59 bastante importante. A Representante do MCTI, **Sra. Lídia Miranda de Lima**, discorreu que
60 gostaria de cancelar a sua solicitação de ingressar com o novo tema de interesse do CNPq e da
61 CAPES, relacionados aos cientistas do Programa Ciência Sem Fronteiras, pois foi informada
62 que o CNPq estudará melhor a questão para apresentar uma proposta mais consistente. O
63 **Presidente** ressaltou que ficará aberta a possibilidade de vinda de representantes do CNPq e
64 da CAPES para explicar sobre o tema e para realizar alguma articulação com o CNIg.

65 Aprovada a Agenda da reunião e seguindo para a aprovação do calendário de reunião de 2016,
66 solicitou ao Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos, para apresentar a proposta. O Representante
67 da Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Imigração, **Sr. Luiz Alberto Matos dos**
68 **Santos**, ponderou que as reuniões do CNIg serão realizadas as terças-feiras, nas seguintes
69 datas: 16 de fevereiro, I Reunião; 08 de março, II Reunião; 12 de abril, III Reunião; 10 de
70 maio, IV Reunião; 14 de junho, V Reunião; 02 de agosto, VI Reunião; 13 de setembro, VII
71 Reunião; 04 de outubro, VIII Reunião; 08 de novembro, IX Reunião; 13 de dezembro, X
72 Reunião. O Representante da CUT, **Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho**, questionou se as reuniões
73 dos Grupos de Trabalhos poderiam ser transferidas para as quartas-feiras, mas também
74 lembrou que os relatos dos Grupos ocorrem na reunião ordinária do CNIg no dia seguinte. O
75 **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos** enfatizou que alguns grupos de trabalho, ainda com
76 temas embrionários, até poderiam ocorrer, na quarta-feira, e a medida que eles fossem
77 avançando, retornariam para as segundas-feiras. Essa adequação não traria nenhum prejuízo.
78 O **Presidente** inferiu que a proposta é interessante e em algumas situações as reuniões dos
79 Grupos de Trabalho podem ser na sequência da reunião ordinária. Isso poderá ser avaliado ao
80 longo do ano de 2016, conforme necessidade. Não havendo mais nenhum comentário, o
81 mesmo foi aprovado. Prosseguindo para a aprovação da Ata da VIII Reunião Ordinária do
82 CNIg, a Representante do IMDH, **Ir. Rosita Milesi**, sugeriu a seguinte redação para a linha nº
83 104: “*Propôs que o Conselho elaborasse uma manifestação de repúdio aos atos ocorridos,*
84 *motivando também a sociedade a estar atenta a estas situações, para evitar que não se*
85 *repita.*” e ponderou que colocaria na pergunta de esclarecimento ao Embaixador Rodrigo do
86 Amaral Souza, para que ficasse mais clara a questão tratada: “*Perguntou ao Embaixador*
87 *Rodrigo do Amaral Souza, se no caso de visto de reunião familiar, permanecerá claro que as*
88 *pessoas podem solicitar em qualquer consulado, não somente em Porto Príncipe.*”. A
89 Representante do MPT, **Sra. Cristiane Maria S. Lopes**, solicitou a correção do seu nome nas
90 linhas 25, 126 e 323 e o Representante da FS, **Sr. Elias Ferreira**, realizou uma correção
91 ortográfica na linha 86. O **Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho** relatou que na linha 140 seu nome
92 está incorreto e está como representante titular da CTB ao invés de representante da CUT e o
93 Representante do MAPA, **Sr. Osório Vilela Filho**, arrazoou que na linha 23 a sigla ‘SEPPIR’
94 está escrita erradamente e que, na linha 238 também está escrito representante titular da CTB,
95 Sr. Vitor Frota. A **Ir. Rosita Milesi** sugeriu algumas alterações na resposta do Embaixador
96 Rodrigo do Amaral Souza com relação ao visto humanitário e o **Presidente** propôs a retirada
97 da aprovação da Ata da VIII Reunião Ordinária do CNIg da pauta para que seja revisada
98 novamente, para reapresentação na próxima reunião, pois a mesma contém muitos erros. Os

99 Conselheiros concordam com a sugestão e o **Presidente** sugeriu que fosse realizada uma
100 alteração na pauta, prosseguindo para a apresentação da extração de dados do Sistema de
101 Tráfico Internacional ao invés da apresentação do Estudo da Fundação Getúlio Vargas, pois o
102 Sr. Alexandre Rabelo Patury possui outro compromisso. O Representante da Polícia Federal,
103 **Sr. Alexandre Rabelo Patury**, discorreu que em 2014 foi iniciado uma interação muito
104 grande dos dados da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, do CNIg, da FGV e do
105 OBMIGRA, sendo que houve a necessidade de avançar e iniciar uma avaliação panorâmica
106 de todas as bases de dados e uma solicitação do Presidente do CNIg ao Departamento de
107 Polícia Federal, em que houve uma manifestação positiva, em um primeiro momento, de
108 compartilhar os dados estatísticos. Esclareceu que a base de dados do Sistema de Tráfico
109 Internacional é uma das maiores bases da Polícia Federal e informou que está sendo entregue
110 nesse momento 133 milhões de movimentos migratórios ao longo de 2010 a 2015, visto que
111 37.400.000 foram de movimento migratório de saída de brasileiros e 36.073.000 de
112 movimento migratório de entrada de brasileiros, resultando em 1.400.000 movimento de
113 migratório de brasileiro que não retornaram. Articulou que houve 30.147.000 movimentos
114 migratórios de entrada de estrangeiros para o Brasil e 29.351.000 movimentos migratórios de
115 saída de estrangeiros, resultando aproximadamente 750 mil movimentos que não retornaram.
116 Ressaltou que no Sistema de Registro de Estrangeiros há possuem 570 mil registros, tendo em
117 tese cerca de 250 mil estrangeiros que entraram no país, não saíram e não se registraram e
118 relatou que havia a percepção de que algumas nacionalidades possuíam uma maior quantidade
119 de pessoas irregulares no país, como Bolívia e China, porém através do movimento
120 migratório se constatou que essa informação não era verdadeira. Arrazou que a
121 nacionalidade que visualizaram em um primeiro momento, que não está em equilíbrio é a
122 Argentina, sendo que possuem 28.855 argentinos registrados e no STI possuem cerca de 270
123 mil que entraram, não saíram e não se registraram. Ilustrou que se fosse colocado um
124 parâmetro de números, citaria que existem entre 200 mil e 500 mil de estrangeiros irregulares,
125 em virtude do passivo antes de 2009. Ponderou que o resultado da prorrogação da Resolução
126 97 e da Portaria Conjunta, que permitiu que os haitianos se registrassem pela Resolução 27,
127 foi de registro de cerca de 2.200 haitianos em novembro, sendo que 1438 foram baseados na
128 Resolução 97. Salientou que precisa ser resolvida a questão dos ganeses solicitantes de
129 refúgio que estão no Distrito Federal e aproveitou a oportunidade para se despedir e para
130 apresentar o Dr. Leôncio, que representará a Polícia Federal no CNIg em 2016. O
131 Representante Suplente do MTPS, **Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida**, articulou que o Sr.
132 Alexandre Rabelo Patury fará muito falta ao Conselho e destacou que os dados apresentados

133 possuem uma riqueza impressionante, agradecendo pelo seu fornecimento. Elucidou que seria
134 interessante também o fornecimento dos comentários sobre a gestão dos dados. O **Sr.**
135 **Alexandre Rabelo Patury** afirmou que a Polícia Federal estará à disposição para esclarecer
136 qualquer dúvida, inclusive com os comentários. O Representante do MJ, **Sr. João Guilherme**
137 **Lima Granja Xavier da Silva**, cumprimentou a todos e reconheceu as personalidades que
138 foram transformadoras no processo, como a Sociedade Civil. Agradeceu a todos os
139 Conselheiros pelo apoio ao longo dos últimos anos, especialmente desse último, no sentido de
140 avançar legislativamente em uma discussão da reforma migratória. Compreendeu que, no
141 balanço de fim de ano, precisam fazer um apontamento de que caminharam para consolidar as
142 políticas públicas, para envolver a Sociedade Civil de forma honesta, transparente e intensiva.
143 Ressaltou que o Sr. Alexandre Rabelo Patury teve um grande papel no amadurecimento das
144 instituições relacionadas às imigrações no país. O **Presidente** mencionou sobre a importância
145 da presença do Sr. Alexandre Rabelo Patury no CNIg e nos debates que a imigração tem
146 provocado, nas mais variadas instâncias e ressaltou que a possibilidade de compartilhamento
147 de dados e informações, enriqueceu significativamente as análises de todas as instituições. A
148 Representante do MDIC, **Sra. Edna de Souza Cesetti**, ponderou que lhe chamou a atenção à
149 saída de brasileiros do Brasil e entendeu que precisam analisar quem são esses brasileiros que
150 estão saindo do país, que poderiam ser mais bem aproveitado nas empresas e na atração da
151 mão de obra estrangeira. O **Presidente** comentou que a migração é muito dinâmica e que,
152 possivelmente as condições atuais do país têm impactado nas expectativas de pessoas que
153 possuem contatos no exterior para sair novamente. O **Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho**
154 discorreu que estão vivendo um cenário recessivo, de uma política econômica equivocada do
155 Governo da Presidente Dilma, entretanto, comunicou que está acontecendo um fenômeno no
156 país, em que empresas multinacionais estão comprando o controle acionário das empresas
157 brasileiras, ocupando os cargos de alto nível e transferindo alguns trabalhadores brasileiros
158 para as suas matrizes. Desejou ao representante da Polícia Federal que tenha grande sucesso
159 no seu próximo desafio e que, a Polícia Federal tenha, na sua atuação, um espelho para que
160 represente o interesse do Brasil, de uma forma mais humanizada. A Representante da CNC,
161 **Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto**, ratificou todas as falas dos
162 Conselheiros sobre o Sr. Alexandre Rabelo Patury e destacou que a sua presença foi muito
163 enriquecedora, desejando lhe muito sucesso. O **Presidente** registrou o agradecimento da CNC,
164 pela atitude que vem tendo ao longo dos anos com o CNIg, proporcionando um momento para
165 realizarem uma confraternização e ao mesmo tempo, um balanço das atividades. A **Ir. Rosita**
166 **Milesi** agradeceu a CNC pelo encontro realizado e ao representante da Polícia Federal pelo

167 trabalho realizado e pela sua contribuição. Seguindo para a apresentação do estudo da
168 Fundação Getúlio Vargas, o Representante da FGV, **Sr. Wagner F. Oliveira**, cumprimentou
169 os presentes e explicou que a ideia é realizar uma apresentação breve de alguns resultados do
170 trabalho. Informou que todos os resultados estão disponibilizados ao Ministério e articulou
171 que a imigração, tal como o Conselho mostra, é um fenômeno com muitas facetas diferentes,
172 com vários desafios que precisam ser enfrentados paralelamente. Postulou que a contribuição
173 da FGV no trabalho esteve mais focada no aspecto do modo em que a imigração pode
174 contribuir para o desenvolvimento da imigração no país, na medida em que aborda os
175 trabalhadores qualificados. Compreendeu que a imigração pode ajudar em três desafios
176 importantes na realidade brasileira: em alguns déficits de capital humano, no processo de
177 inovação e na questão demográfica. Esclareceu que o estudo foi desenvolvido baseado nesses
178 desafios, fazendo análise do perfil quantitativo através das bases de dados existentes sobre
179 migração e qualitativa, baseada em entrevista de grupos de foco, com diversos perfis.
180 Elucidou que analisaram os *cases* considerados de boas práticas de política de imigração de
181 outros países e realizaram o mapeamento dos processos envolvidos e algumas análises sobre o
182 impacto que poderia ter o novo projeto de lei para atração de imigrantes, para tentar retirar
183 algumas sugestões de aprimoramentos da questão da política de imigração para o ponto
184 específico. Com relação ao que se refere à pesquisa quantitativa, inferiu que a principal
185 recomendação é menos analítica e mais metodologia. Arrazoou que a partir de 2011 o fluxo
186 migratório vem crescendo, sendo que mais de 90% dos imigrantes estão na faixa de idade
187 ativa e o percentual de homens é maior do que de mulheres. Salientou que o fenômeno
188 migratório é muito dinâmico, apesar de que nos últimos anos a maior parte dos países de
189 origem dos imigrantes a trabalho foram países que tiveram a taxa de desemprego maior e a
190 taxa de crescimento do PIB menor do que do Brasil, sendo algo que pouco traça a relação que
191 existe entre imigração e conjuntura econômica. Discorreu que através dos dados da RAIS,
192 perceberam que há um diferencial entre os salários de estrangeiros e brasileiros, que tende a
193 ser maior em níveis mais alto de qualificação e que os imigrantes tendem a se concentrar nas
194 regiões sudeste e sul, porém, informou que de 2006 a 2014 existe um decréscimo de
195 imigrantes que estão na região sudeste e um aumento dos que estão na região sul, explicado
196 pela própria presença dos haitianos na região sul. Inferiu que é preciso pensar na melhor
197 forma de alocar os imigrantes que estão no país e exemplificou relatando que quando
198 observam o universo de imigrante no mercado formal de trabalho, os que possuem ensino
199 superior trabalham em ocupações que exige ensino superior, mas observando o universo dos
200 haitianos, a grande maioria está em ocupações que exige o ensino fundamental. Com relação

201 aos dados qualitativos, ponderou que as razões citadas para imigração são a busca de
202 oportunidades em outros países e a crise econômica da Europa e que, os motivos para
203 escolher o Brasil foram: as pessoas vêem o Brasil como um país de oportunidades, acolhedor,
204 alegre e com uma rica diversidade cultura e com oportunidade de crescimento profissional.
205 Articulou que alguns obstáculos citados foram: dificuldades de conseguir vistos nos
206 Consulados, processo de consularização de documentos, prazos incompatíveis com a
207 exigência legal, revalidação de diplomas, *sites* de difícil navegação, informações
208 descentralizadas, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e xenofobia. Ilustrou que
209 na análise dos outros países, elegeram ao longo do processo, cinco países como tendo boas
210 práticas na área de imigração com relação à atração de mão de obra qualificada: manutenção
211 da base de dados harmonizada sob imigração, o reconhecimento de formação técnica por um
212 órgão nacional, a priorização de pessoas com formação técnica nas áreas que existem escassez,
213 desenvolvimento de plataformas de informação e base de dados exclusivos para a
214 comunicação com os imigrantes, exigência de proposta de trabalho para concessão de visto,
215 publicação de ocupações desejadas, promoção de políticas de integração e boas vindas,
216 priorização de vistos para o núcleo familiar, facilitação para transformação de visto de
217 estudante para visto de trabalho e etc.. Apresentou todos os processos possíveis de imigração
218 e reiterou que todos os dados explicados estão no caderno final, já disponibilizado.
219 Comunicou que as recomendações foram: *a)* harmonização da base de dados; *b)* criação de
220 uma plataforma digital ligando os dados dos órgãos; *c)* adequação da base de dados para
221 pesquisa; *d)* realização do mapeamento periódico do mercado de trabalho para subsidiar a
222 política pública constantemente, associando a mecanismo de escuta de centros de pesquisa no
223 Brasil; *e)* pensar na ideia de desenvolvimento do portal de imigração que facilite o
224 entendimento dos processos para o imigrante; *f)* acelerar os processos de agendamento de
225 vistos; *g)* inclusão de guias explicativos dos processos em uma linguagem acessível; *h)*
226 criação de lista de empresas autorizadas; *i)* criação de um serviço de boas vindas; *j)* pensar em
227 uma forma de facilitar a revalidação de diplomas; *k)* criação de vistos de trabalho associados
228 ao mapeamento de carência; *l)* conversão de visto de estudante em visto de trabalho; *m)*
229 vinculação de vistos a uma região; *n)* facilitação da entrada de *startups*; *o)* criação de visto de
230 trabalho para outros membros do núcleo familiar; *p)* inclusão do Conselho Nacional de
231 Imigração como o órgão responsável pelas normativas de regulamentação. Acrescentou que
232 estão a disposição do CNIg para ajudar no que for necessário e que, continuaram as pesquisas
233 na área de imigração para fomentar o debate dessas questões que são muito importantes. O
234 **Presidente** agradeceu pela apresentação e ponderou que o estudo leva a uma reflexão e uma

235 necessidade de aprofundar o debate. Propôs realizarem um debate inicial sobre o que foi
236 apresentando e talvez retomar a Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de
237 Imigração Laboral Qualificada, que indicou a necessidade de um estudo aprofundado sobre o
238 assunto. Representante da CNI, **Sra. Christina Aires Corrêa Lima**, parabenizou a FGV pelo
239 trabalho amplo realizado e afirmou que concorda plenamente com a volta da Comissão,
240 porém, entendeu que não podem perder a oportunidade desses dados e também do estudo do
241 MDIC, para fazer propostas concretas para a nova lei de imigração. Intuiu que se conseguirem
242 conciliar todas as regras em um sistema unificado para facilitação do acesso ao visto, será um
243 avanço enorme e que, possuem uma oportunidade na lei, de tentar trazer o Ministério da
244 Educação, para tratar a questão da validação dos diplomas. A **Sra. Lídia Miranda de Lima**
245 observou que o projeto de lei precisa de muitas emendas para se aperfeiçoar, especialmente
246 com relação ao ingresso e a permanência de mão de obra qualificada no país e compreendeu
247 que é importantíssimo que o Conselho seja mantido no projeto de lei como órgão criado na lei
248 e com atribuições amplas para ajustar o dia a dia da atividade científica, para que possam criar
249 vistos específicos para cada atividade nova que ocorra. O **Presidente** discorreu que é
250 importante o MCTI, tendo esse tipo de demanda, levá-la ao relator do projeto de lei e a **Sra.**
251 **Lídia Miranda de Lima** explanou que existe uma demanda do Presidente da CAPES e do
252 CNPq, para incentivar os Ministros do MEC e do MCTI para fazer gestões no Congresso para
253 elaborar propostas de emendas. A Representante do SBPC, **Sra. Bela Feldman Bianco**,
254 entendeu que é bastante interessante a apresentação e a discussão e enfatizou que é muito
255 complicado, no caso das universidades e academias, trazer professores distantes. Salientou
256 que a primeira providência deveria ser trabalhar a situação dos imigrantes que já estão no
257 Brasil e propôs, em termos de políticas públicas, pensar em um portal unificado para
258 informações. Ponderou que existe um problema, quando se pensa em apenas em atração de
259 trabalhadores qualificados e nas políticas européias ou americanas, pois os outros
260 trabalhadores podem se qualificar e possuem o direito de imigrar. O **Sr. João Guilherme**
261 **Lima Granja Xavier da Silva** ressaltou, sobretudo em termos de inclusão social, as várias
262 boas práticas que foram anunciadas, que estão em processo de desenvolvimento junto com
263 parceiros dos estados e municípios, baseados no diagnóstico de onde estão as novas
264 comunidades imigrantes. Articulou que a ideia é aproveitar as capacidades de equipamentos já
265 existentes, evitando a duplicação de estruturas de atendimento e aproveitando as instalações e
266 o pessoal, investindo em capacitação. Compreendeu que a proposta de projeto de lei tem uma
267 virtude de não fechar o mecanismo de implementação dos estudos que estão previstos e que, é
268 extremamente relevante que as bases estejam reunidas, não apenas com as capacidades

269 integradas de produção dos dados e de tratamento dos registros administrativos, mas também
270 de disponibilização das bases brutas para que qualquer entidade tenha a capacidade de colocá-
271 las na lista para gerar interpretações em cima dos dados públicos. Postulou que concorda com
272 a instalação da Comissão sobre imigração laboral, colocando-o a disposição para integrá-la. A
273 **Ir. Rosita Milesi** relatou que já manifestaram várias vezes, que em todos esses processos e
274 mecanismos que foram sendo implementados, que estará sempre muito clara a possibilidade
275 de entrada para o universo da mão de obra qualificada de refugiados e de imigrantes que estão
276 ou que chegarão ao Brasil, não necessariamente trazidos como mão de obra qualificada. O
277 Representante do MRE, **Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant'ana**, observou que os estudos da
278 FGV e a apresentação da Polícia Federal, há medidas que devem ser tomadas tanto em âmbito
279 legal, quanto em âmbito infralegal e de atuação dos órgãos por si próprios. No âmbito legal,
280 elucidou que há uma intensa discussão no Congresso, de forma a melhorar a legislação,
281 porém, comentou que haverá uma etapa de regulamentação, que será tão importante ou mais,
282 sendo que o CNIg terá um papel essencial em uma discussão sobre como será aplicado na
283 prática. Discorreu que um tema que lhe preocupa muito, que não depende da legislação, mas
284 da atuação dos órgãos envolvidos, é a integração dos sistemas e destacou que há um alto nível
285 de urgência nessa implantação, para a melhoria da política migratória e também para a
286 melhoria de políticas de segurança. A **Sra. Cristiane Maria S. Lopes** lembrou que os
287 refugiados e imigrantes podem ter capacidades a serem aproveitadas e compreendeu que o
288 Brasil já deu o primeiro passo de acolher imigrantes independentemente da sua situação e o
289 segundo passo, é permitir que os imigrantes vivam bem, superando a dicotomia que existe na
290 imigração. O **Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva** ilustrou que precisam
291 encarar como demandas dos públicos específicos, por sua vulnerabilidade ou pelo mandato de
292 proteção internacional, no que toca especificamente a refugiados, sendo que existe um
293 comando legal para que seja facilitado o reconhecimento de competência. Arrazoou que não
294 existe nenhum mecanismo especificamente sobre competências profissionais e acadêmicas
295 para imigração em geral, porém, explicou que haverá alguma, pois a reforma imigratória já
296 prevê a busca da compatibilização e da orientação as instituições para que facilitar esse
297 reconhecimento. A **Sra. Christina Aires Corrêa Lima** sugeriu elaborar uma resolução
298 recomendada para integração dos sistemas, caso os órgãos entenderem que seja necessária e
299 compreendeu que seria importante identificar todos os tipos de qualificações dos imigrantes,
300 para que todos possam trabalhar na sua área de competência. O **Presidente** inferiu que seria
301 interessante debater essas propostas na Comissão e o Representante da CTB, **Sr. Odilon dos**
302 **Santos Braga**, comentou que o estudo da Fundação Getúlio Vargas ajudará a formular as

303 políticas públicas necessárias, entretanto, explanou que precisam pensar em complementações
304 e enfatizou a questão da integração dos sistemas. O **Presidente** esclareceu que a ideia é criar a
305 Comissão para aprofundar e debater as propostas e ressaltou que a atração de mão de obra
306 qualificada, não é apenas com políticas migratória, pois existem várias questões que tornam o
307 país mais ou menos atrativo. O Representante do CNPD, **Sr. Duval Magalhães Fernandes**,
308 discorreu que o Professor Nielsen de Paula Pires sugeriu, no jantar, que o CNIg procurasse o
309 Conselho Nacional de Educação, de uma forma a pressionar o MEC, para revisão das normas
310 de reconhecimento, que atinge brasileiros e imigrantes. A **Sra. Marjolaine Bernadete**
311 **Julliard Tavares do Canto** acrescentou que é importante observar os dados de saída e de
312 entrada de brasileiros do país, para que seja avaliada qual seria a mão de obra que o Brasil
313 necessita elaborar políticas públicas para atrair. O **Presidente** entendeu que há apoio
314 suficiente para que sejam retomados os trabalhos da Comissão Especial para análise do
315 sistema brasileiro de migração para trabalho e realizou a sua reinstalação, definindo que a sua
316 reunião será antes da próxima reunião do Conselho. Solicitou que todos os Conselheiros
317 estejam presentes na parte da tarde, para que possam discutir sobre a situação dos imigrantes
318 ganeses. Prosseguindo para o relato do Grupo de Trabalho de Análise dos Novos Fluxos
319 Migratórios no Brasil, o **Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida** informou que o fluxo de entrada
320 de haitianos continua sendo cerca de 400 pessoas por semana e de retorno de cerca de 100
321 pessoas, sendo que pelo registro da Polícia Federal no mês de novembro, pela RN 97, foram
322 cerca de 1400 pessoas. Explicou que a Polícia Federal está com dificuldades de cumprir a
323 meta de 250 registros por dia através da Portaria Conjunta, pois a Embaixada do Haiti no
324 Brasil não está conseguindo emitir a certidão consular com informações necessárias, visto que
325 estão sendo realizados em média 60 registros por dia. Salientou que houve pouca entrada de
326 haitianos pelo Acre e um aumento de senegaleses, porém, elucidou que foi informado que o
327 Equador está solicitando aos senegaleses uma comunicação eletrônica, o que acarretará na
328 diminuição dessa entrada. Articulou que o Presidente relatou que participou do Conselho
329 Nacional da Assistência Social, que criou a Câmara Técnica para os Imigrantes, levando as
330 experiências do CNIg e que, foi informado que houve a aprovação de uma verba, em São
331 Paulo, em torno de R\$ 15 milhões, para que fosse implantado nos estados e municípios
332 unidades para atendimento de imigrantes, visto que ficou claro que o Governo Federal
333 investiria na implantação, mas a manutenção ficaria a cargo dos demais entes. Postulou que a
334 Ação Civil Pública iniciada no Acre se desdobrou na assinatura de um acordo judicial dando
335 responsabilidades ao Governo Federal, a União, aos estados e municípios de padrões de
336 atendimento. O **Sr. Elias Ferreira** intuiu que a questão da imigração por via terrestre está

337 equacionada, já que os números estão menores e o abrigo está conseguindo acolher a todos.
338 Questionou se o número de haitianos que procuram a Embaixada através do Escritório da
339 OIM tem se mantido, devido ao aumento do nível de desemprego no Brasil. O **Sr. Marcos**
340 **Vinícios de Araújo Vieira** informou que são emitidos 500 vistos permanentes semanalmente
341 em Porto Príncipe e que, não há registro de que houve um decréscimo da demanda de vistos
342 permanentes para o Brasil. Explicou que possuem uma expectativa de que haja até um
343 aumento nas solicitações nos próximos meses das solicitações de vistos por reunião familiar
344 na sequência da regularização de mais de 40 mil haitianos que entraram pela via terrestre de
345 maneira irregular. O **Presidente** assumiu que foi uma falha não terem conseguido concluir
346 os dados do Observatório de Imigrações sobre o processo de inclusão no mercado de trabalho
347 dos imigrantes em 2015 e comunicou que em fevereiro essa informação será divulgada. O
348 Representante da CNT, **Sr. Luiz Henrique David**, indagou qual é a condição dos abrigos na
349 cidade de São Paulo, pois ouviu relatos que são condições precárias. O **Presidente** ponderou
350 que a situação dos abrigos já foram prioridades e explicou que as condições refletem uma questão
351 que é estruturante do Brasil, salientando que precisam de muita cautela para analisar se a crise
352 está tendo algum impacto em relação à integração dos imigrantes. Com relação ao relato do
353 Grupo de Trabalho de Organização do Fórum de Participação Social, o **Presidente** informou
354 que não houve reunião do Grupo e que, possuem a intenção de realizar a reunião presencial do
355 Fórum no primeiro semestre de 2016. O **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos** notificou que
356 possuem atualmente cadastradas 119 entidades, sendo que 20 são da região sul, 15 da região
357 centro-oeste, 57 da região sudeste, 09 da região norte e 08 da região nordeste e que, a grande
358 maioria dos interessados são da sociedade civil e de universidades. Comentou que os temas
359 mais solicitados giram em torno de política migratória, documentação, mercado de trabalho,
360 saúde e direitos dos trabalhadores. O **Presidente** entendeu que talvez pudessem realizar esse
361 Fórum próximo ao Fórum Social Mundial das Imigrações em junho e a **Sra. Bela Feldman**
362 **Bianco** destacou que seria uma ótima oportunidade realizar essa articulação, como parte das
363 atividades do Fórum Mundial. Sugeriu que o Conselho elabore uma página do Fórum de
364 Participação Social no *Facebook*, para que haja uma grande promoção. O **Presidente**
365 explicou que será avaliada essa possibilidade e com a concordância dos Conselheiros
366 encaminhou que o Fórum de Participação Social aconteça próximo ao Fórum Social Mundial
367 das Imigrações em São Paulo. Arrazoou que precisam de pessoas para ajudar na articulação e
368 que, tentará organizar uma reunião na segunda quinzena de janeiro, em São Paulo, com a
369 organização do Fórum Mundial, para articular a realização do Fórum de Participação Social.
370 A **Ir. Rosita Milesi** recomendou que houvesse uma identificação clara da existência do Fórum

371 de Participação Social no convite e discorreu que, talvez, poderão disponibilizar uma pessoa
372 do IMDH para colaborar com a elaboração do Fórum. Realizado o intervalo do almoço, o **Sr.**
373 **Reinaldo Gonçalves de Almeida** reiniciou a reunião passando a palavra a Professora Márcia
374 de Paula Leite, que possui um trabalho muito importante sobre as cadeias produtivas do setor
375 têxtil de São Paulo. Antes da Sra. Márcia de Paula Leite realizar o seu pronunciamento, a
376 Representante da OIT, **Sra. Cynthia Sampaio**, realizou um breve apresentação do surgimento
377 do estudo e elucidou que em paralelo com a aproximação que a OIT está tendo de novo com a
378 temática imigratória, no âmbito do projeto de Cooperação Sul-Sul, em parceria com o
379 Ministério do Trabalho, possuem três iniciativas, sendo que a primeira é um estudo junto com
380 a Coordenação de Política para Migrante de São Paulo, na área de acesso dos migrantes e
381 refugiados aos serviços nacionais de emprego, que está na fase de finalização; a segunda é
382 construção da política municipal para migrantes de São Paulo, que está na fase de elaboração;
383 e a terceira é o estudo de uma demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento,
384 Trabalho e Emprego do município de São Paulo, para conhecer um pouco mais o tema da
385 cadeia do vestuário. A Professora da UNICAMP, **Sra. Márcia de Paula Leite**, cumprimentou
386 a todos e discorreu que o estudo foi uma demanda da Secretaria de Trabalho e
387 Desenvolvimento do município de São Paulo, para fornecer subsídios para propostas de
388 políticas públicas, no sentido de permitir a formalização dos trabalhadores imigrantes e das
389 trabalhadoras à domicílio na cadeia de confecção. Ponderou que o estudo iniciou situando os
390 locais de confecção no município na cadeia global de produção de vestuário, em que se
391 constatou que houve uma desvinculação entre o trabalho de confecção e o trabalho de
392 produção, em que as empresas de confecções esvaziaram as suas fábricas e contrataram as
393 oficinas. Esclareceu que muitas vezes, o trabalho que é desenvolvido nas oficinas, acaba na
394 trabalhadora a domicílio, um trabalho que se dá, em sua grande maioria, em porcentagens, de
395 forma informal e com condições bastante precárias, gerando uma situação social muito grave
396 para as costureiras e os costureiros. Explicou que o setor de confecção possui um circuito
397 superior e inferior, visto que o circuito superior cria as grandes coleções e está situada em
398 países centrais e o inferior é formado por um número muito grande de oficinas que prestam
399 serviços as grandes empresas, inclusive fora do país. Informou que o município de São Paulo
400 continua mantendo uma centralidade muito grande no processo produtivo do setor de costura,
401 sendo que na comparação de 2011 e 2014 houve uma diminuição do total geral dos ocupados
402 no setor e uma diminuição mais significativa nos autônomos. Ponderou que 2/3 dos
403 trabalhadores são mulheres e 1/3 são homens, ou seja, é uma atividade essencialmente
404 feminina e explanou que a ABVTEX – Associação Brasileira da Indústria do Vestuário e

405 Têxtil – criou o selo de qualidade após surgirem várias denúncias de trabalho dos imigrantes,
406 especialmente de imigrantes bolivianos em condições análogas ao trabalho escravo e de
407 trabalhadores a domicílio em precárias condições de trabalho. Articulou que elaboraram as
408 seguintes propostas para serem pensadas, debatidas e aprofundadas, para tentar combater as
409 situações de trabalho informal, tanto para imigrantes como dos trabalhadores a domicílio: *a)*
410 valorização das entidades que ligadas aos imigrantes; *b)* garantir o acesso a escola as crianças
411 imigrantes; *c)* elaboração de discussões, pela escola, sobre a questão da diversidade cultural; *d)*
412 promover uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e as Prefeituras das Regiões
413 Metropolitanas e os sindicatos ligados à cadeia de confecção, de forma a propagar a
414 fiscalização das condições de higiene, salubridade, segurança, água potável, local adequado
415 para alimentação nas oficinas; *e)* criação de um dispositivo de comunicação na Prefeitura
416 Municipal de São Paulo, para que os imigrantes e os trabalhadores a domicílio pudessem
417 denunciar ações de trabalho irregular; *f)* fortalecer os laços entre a Prefeitura e o Sindicato, de
418 forma que compartilhem as informações; *g)* inserção na negociação coletiva, pelos sindicatos,
419 do direito de livre acesso às empresas para fiscalização; *h)* realização de campanha de
420 divulgação sobre os direitos dos imigrantes; *i)* melhorar ergonomicamente as condições de
421 trabalho no setor de confecção; *j)* utilização do Programa de Trabalho Decente do estado para
422 obter informações sobre o trabalho imigrante; *k)* facilitar à documentação dos imigrantes; *l)*
423 apoiar redes e associações de imigrantes; *m)* divulgar, em locais de grande concentração de
424 oficinas, a possibilidade de entrada de ação coletiva para a formalização do trabalho; *n)*
425 capacitação para o trabalho de costura; *o)* realizar um trabalho junto aos Empregadores,
426 conscientizando-os da importância de receber mão de obra estrangeira documentada e formal;
427 *p)* criação de um Conselho tripartite para discutir a questão do trabalho informal no setor. O
428 **Sr. Elias Ferreira** esclareceu que o selo da ABVTEX foi criado para a fiscalização das
429 oficinas com precarização de trabalho imigrante e a **Sra. Bela Feldman Bianco** ponderou que
430 precisam analisar como os próprios trabalhadores conceituam o trabalho que estão realizando.
431 O **Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho** articulou que o país é propício esse tipo de situação, pois o
432 estado não possui fiscais ao ponto de realizar uma fiscalização adequada e compreendeu que é
433 impensável conseguir produzir uma peça de roupa a custos tão baixos. O **Sr. Rinaldo**
434 **Gonçalves de Almeida** agradeceu pela apresentação e seguiu para a questão dos 336 ganeses.
435 Explicou que os mesmos chegaram ao Brasil entre 2013 e 2015, majoritariamente, por
436 ocasião da Copa do Mundo e que, o processo continua no CONARE sem deliberação, porém,
437 informou que está muito claro nas suas reflexões que não se trata de uma situação de refúgio,
438 mas de uma causa humanitária. Relatou que a maioria desses ganeses está trabalhando

439 formalmente e completamente integrados a comunidade e que, a Polícia Federal se posicionou
440 que seria bastante razoável que o CNIg, uma vez que há gestão integrada, os contemplassem.
441 Informou que existe uma solicitação da DPU, juntamente com a organização da Ir. Rosita
442 Milesi, que acompanha esses nacionais de Gana, e uma carta da CNBB, chancelando e
443 demonstrando a importância para o Brasil, da manutenção dos mesmos de forma regular.
444 Salientou que de maneira geral, o seu parecer é no sentido de concessão, mas inserindo as
445 ponderações para subsidiar o consenso. O Representante da Defensoria Pública da União do
446 Distrito Federal, **Sr. Eduardo Queiroz**, explanou que o trabalho da Defensoria é realmente de
447 proteção dos direitos dos refugiados e dos imigrantes de forma geral e dentro desse trabalho,
448 houve a aproximação com a questão referente à regularização dos vistos para esses ganeses
449 em Brasília. Arrazouu que inicialmente há toda uma peculiaridade na situação, pois os
450 mesmos possuem um sentimento comunitário já fixado no país, porém, há toda uma
451 pendência documental. Afirmou que a Defensoria entende que há elementos suficientes para o
452 Conselho se debruçar sobre a questão e decidir favoravelmente a esses imigrantes, o quanto
453 antes. A **Sra. Christina Aires Corrêa Lima** sensibilizou o Conselho para acolher o pedido da
454 Defensoria, pois existe o risco do CONARE decidir antes e os ganeses ficarem em uma
455 situação de irregularidade e registrou que o seu voto é pela regularização imediata, se possível,
456 nessa reunião. A **Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto** afirmou que não
457 precisa mais de nenhum tipo de esclarecimento e se manifestou favorável a votação da
458 questão desses imigrantes nessa reunião. A **Sra. Bela Feldman Bianco** elucidou que é
459 completamente a favor de se aprovar essa requisição hoje e o **Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho**
460 comentou que o Conselho não fugirá da sua responsabilidade de acolhimento, entretanto,
461 compreendeu que precisam realizar uma discussão, principalmente sobre as responsabilidades
462 de cada ente, para que as pessoas não fiquem indefinidamente no país. O **Sr. Odilon dos**
463 **Santos Braga** concordou com o Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho e compreendeu que talvez fosse
464 mais eficiente que a DPU entrasse com uma decisão emergencial no CONARE. Discorreu que
465 o seu voto é favorável, desde que o CONARE ou seu representante dê um aval. O
466 Representante do MRE, **Sr. Marcos Vinícios de Araújo Vieira**, comentou que o CONARE
467 percebeu que o caso dos ganeses não era de refúgio, era um caso de migração econômica,
468 forçada pela situação vulnerável do país e encaminhou para o Conselho, sendo que cabe ao
469 mesmo deliberar sobre essa matéria. O **Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva**
470 arrazouu que de fato as grandes contradições serão equalizadas apenas com o ajuste
471 normativo, para evitar que as pessoas se socorram do refúgio, por razões estritamente
472 migratórias. A **Ir. Rosita Milesi** manifestou que no processo consta o atestado de antecedentes

473 criminais de todos os ganeses e outros documentos necessários e reiterou a sua solicitação de
474 concessão, em função de todos os aspectos inseridos. O **Sr. Odilon dos Santos Braga**
475 entendeu que a Ir. Rosita Milesi deu os esclarecimentos necessários para que possam votar
476 favorável e o Representante da Polícia Federal, **Sr. Leôncio**, lembrou que já foi adiantado que
477 a posição da Polícia Federal é no sentido de favorecer a regularização e pontuou que é
478 necessário um cuidado, junto ao processo, para obter das entidades um apoio para que possam
479 prestar o serviço de melhor qualidade possível, com informações que facilitassem o
480 planejamento do agendamento dos registros dos eventuais beneficiários. O **Sr. Paulo Gustavo**
481 **Iansen de Sant'ana** lembrou que um aspecto importante desse caso é o direito a reunião
482 familiar, pois terá que ser prevista a emissão de vistos para todas as famílias que virão ao
483 Brasil, posteriormente a regularização dos titulares. O **Presidente** intuiu que uma aprovação
484 como essa levará a pedidos de outros ganeses e de outros imigrantes que estão em outros
485 estados, por isso entende que precisam estar preparados para essa grande demanda que
486 acontecerá. Discorreu que talvez seja o caso de solicitar mais informações ou a apresentação
487 de algum documento necessário, porém, se todos os Conselheiros concordarem que estão
488 seguros em conceder essas residências, não possui problema nenhum de encaminhar para o
489 deferimento. O **Sr. Odilon dos Santos Braga** ressaltou que é importante frisar que estão
490 tratando apenas de 336 ganeses, que já tiveram a sua documentação analisada, não servindo
491 de precedente para outros casos. O **Presidente** questionou se seria interessante realizar uma
492 consulta aos cadastros, antes de realizar a concessão e o **Sr. Leôncio** explicou que já foi
493 realizada essa consulta, mas podem realizar uma nova análise para ter mais segurança. O
494 **Presidente** propôs deferirem o processo, condicionado a uma nova consulta ao Departamento
495 de Polícia Federal, para checar se são os mesmos e não havendo nenhum problema, seria
496 realizado o deferimento normalmente. Os Conselheiros concordam com a proposta e
497 prosseguem para o relato do Grupo de Trabalho da Revisão da Resolução Normativa 86. O **Sr.**
498 **Vitor Luiz Silva Carvalho** solicitou para retirar os processos da CUT de pauta ou que
499 alguém faça a sua relatoria, pois terá que se ausentar. O **Sr. Marcos Vinícios de Araújo**
500 **Vieira** deu início ao relato do Grupo de Trabalho, ponderando que estiveram presentes na
501 reunião representantes do Ministério do Esporte, um representante do Botafogo de Ribeirão
502 Preto e que, chegaram a várias conclusões que estão incorporadas no projeto de revisão. A
503 **Sra. Cristiane Maria S. Lopes** explicou que desde o início, foi constatado que, embora a
504 resolução anterior tivesse uma nobre intenção de salvaguardar os direitos das crianças e dos
505 adolescentes, o Artigo 1º e o Artigo 2º estavam desconectados. O **Sr. Marcos Vinícios de**
506 **Araújo Vieira** realizou a leitura da RN 86 pontuando as modificações que foram

507 incorporadas na versão revista. A **Sra. Cristiane Maria S. Lopes** lembrou que o Sr. Duval
508 Magalhães Fernandes havia sugerido no Inciso IV do Artigo 1º a seguinte frase: “*convênio da*
509 *entidade esportiva com a instituição de ensino ou demonstração de estrutura educacional*
510 *própria, autorizada pelo MEC.*”. A **Ir. Rosita Milesi** ponderou possui uma preocupação com
511 relação ao Inciso VII, pois não cita sobre a certidão de nascimento legalizada, o que traz uma
512 dificuldade grande caso depois seja exigida e indagou como é que se solicita a tradução por
513 tradutor público juramentado. A **Sra. Cristiane Maria S. Lopes** compreendeu que seria
514 interessante incluir: “*traduzida, legalizada e portador juramentado.*”. O **Sr. Paulo Gustavo**
515 **Iansen de Sant’ana** articulou que esse artigo trata especificamente do visto e intuiu que
516 precisam pensar em uma fórmula que atenda a necessidade do cidadão quando chegar ao
517 Brasil, mas explicou que esse artigo não trata dessa questão. Postulou que gostaria que
518 esperassem até a próxima reunião, para avaliar internamente qual redação adequaria as
519 necessidades do Consulado, para emissão de visto e, que também se adéque à necessidade do
520 registro no Brasil. O **Sr. Marcos Vinícios de Araújo Vieira** complementou que precisam
521 encontrar uma fórmula que garanta que a certidão de nascimento seja realmente a solicitada,
522 que permita a verificações das informações. O **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos** relatou
523 que, no Artigo 5º, seria interessante definir que o protocolo de notificação e ciência seria de
524 chegada do atleta e o **Sr. Marcos Leoncio Sousa Ribeiro** destacou que é importante citar que
525 essa ciência de notificação é do Conselho, que tem o programa inscrito. A **Ir. Rosita Milesi**
526 explanou que não há necessidade do Inciso III do Artigo 6º, pois a certidão de nascimento é
527 para fins de comprovação de idade e que, não há necessidade de autorização escrita dos pais
528 ou responsáveis autenticada, pois se autentica apenas quando é uma cópia, podendo exigir o
529 reconhecimento de firma. A **Sra. Cristiane Maria S. Lopes** lembrou que essas pequenas
530 questões são todas da resolução vigente e o **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos** compreendeu
531 que seria interessante aprovar a revisão e circular uma versão final para o ajuste da redação.
532 Retiradas todas as dúvidas e consensuado que o texto será circulado para ajustes, a Resolução
533 Normativa foi aprovada. Feito isso, passou a tratar dos relatos dos processos, encerrando o
534 debate.

535

536 Relato dos processos:

537

538 1) Relator: **MTE**; Processo: **46094.001915/2015-26**; Nome do estrangeiro: Abdul Raman
539 Fudu - Outros; País: Gana; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: DF; Tipo de Visto:
540 Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO

541 CONDICIONADO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **2)** Relator: **MJ**; Processo:
542 **46215.005173/2015-94**; Nome do estrangeiro: Djutala Danfa; País: Guiné Bissau; Chamante:
543 Djutala Danfa; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu,
544 por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **3)** Relator:
545 **MJ**; Processo: **46094.001510/2015-98**; Nome do estrangeiro: Paulo Jorge Raposo; País:
546 Angola; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência
547 Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido,
548 acompanhando o voto do Relator. **4)** Relator: **MJ**; Processo: **08494.002784/2012-50**; Nome
549 do estrangeiro: Louna Khamis Zabara; País: Jordânia; Chamante: Lourival José Antunes; UF:
550 SC; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O processo foi arquivado, devido à
551 perda do objeto. **5)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.004879/2014-71**; Nome do estrangeiro:
552 Papa Mamadou Mbaye; País: Senegal; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: DF;
553 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **6)** Relator: **MJ**;
554 Processo: **46215.004073/2015-41**; Nome do estrangeiro: Virginia Antonio Casimiro de Sa;
555 País: Guiné Bissau; Chamante: Virginia Antonio Casimiro de Sa; UF: RJ; Tipo de Visto:
556 Permanente; Decisão: O processo foi sobrestado para cumprimento de EXIGÊNCIAS. **7)**
557 Relator: **MJ**; Processo: **08460.013507/2012-60**; Nome do estrangeiro: Patrick Nzomba
558 Ngiayi; País: Congo; Chamante: Patrick Nzomba Ngiayi; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência
559 Definitiva; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **8)** Relator: **MJ**; Processo:
560 **46094.041434/2012-19**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi Condori; País: Outros;
561 Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente;
562 Decisão: O processo foi retirado de pauta. **9)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.009837/2013-46**;
563 Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi Condori; País: Outros; Chamante: Defensoria Pública
564 da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O processo
565 foi retirado de pauta. **10)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.002189/2015-69**; Nome do
566 estrangeiro: Ze Carlos Neves Mendes; País: Cabo Verde; Chamante: Defensoria Pública da
567 União; UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **11)**
568 Relator: **MRE**; Processo: **46094.002219/2015-37**; Nome do estrangeiro: Asensio Rodríguez
569 Ramírez e Dependente (s); País: Espanha; Chamante: Greenpeace Brasil; UF: SP; Tipo de
570 Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **12)** Relator: **MRE**; Processo:
571 **46094.002216/2015-01**; Nome do estrangeiro: Barbara Caleo e Dependente (s); País: Itália;
572 Chamante: Médicos Sem Fronteiras Brasil; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O
573 processo foi retirado de pauta. **13)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.002214/2015-12**; Nome
574 do estrangeiro: Fadhil Firyaguna; País: Indonésia; Chamante: Fadhil Firyaguna; UF: DF; Tipo

575 de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **14)** Relator:
576 **MAPA**; Processo: **46094.002215/2015-59**; Nome do estrangeiro: Dayana Valdes Delgado;
577 País: Cuba; Chamante: Maria Pires de Mendonça; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência
578 Definitiva; Decisão: O processo foi sobrestado para cumprimento de EXIGÊNCIAS. **15)**
579 Relator: **MDIC**; Processo: **46094.002111/2015-44**; Nome do estrangeiro: Xavier Marcel
580 François Sublet e Dependente (s); País: França; Chamante: ESI Consultoria em Informática e
581 Publicidade LTDA.; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por
582 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **16)** Relator:
583 **MEC**; Processo: **46094.002203/2015-24**; Nome do estrangeiro: Bei Zhou; País: China;
584 Chamante: Yuefeng Zhou; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O
585 processo foi retirado de pauta. **17)** Relator: **CUT**; Processo: **46094.002222/2015-51**; Nome do
586 estrangeiro: Alvaro Francisco Gil Ponce; País: Honduras; Chamante: Enrique Antonio Gil
587 Bellorin; UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,
588 pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **18)** Relator: **FS**;
589 Processo: **46094.002217/2015-48**; Nome do estrangeiro: Muhammad Iqbal; País: Paquistão;
590 Chamante: Defensoria Pública da União; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;
591 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando
592 o voto do Relator. **19)** Relator: **CNT**; Processo: **46094.000364/2015-83**; Nome do
593 estrangeiro: Luis Jorge Lopes Ribeiro; País: Portugal; Chamante: Malube Comércio,
594 Distribuidora, Importadora e Exportadora LTDA - ME; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente;
595 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando
596 o voto do Relator. **20)** Relator: **CNT**; Processo: **46215.031664/2015-91**; Nome do
597 estrangeiro: Li Binyang; País: China; Chamante: Li Binyang; UF: RJ; Tipo de Visto:
598 Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO do pedido,
599 acompanhando o voto do Relator. **21)** Relator: **CNF**; Processo: **46094.001827/2015-24**;
600 Nome do estrangeiro: Jude Ifeanyi Uzowuru; País: Nigéria; Chamante: Defensoria Pública da
601 União; UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirado de pauta.
602 Os seguintes processos foram indeferidos *Ad Referendum* por descumprimento da Resolução
603 normativa e o indeferimento foi referendado pelo Plenário:

604 1) 46094.002220/201561; 2) 08455.053010/2012-53; 3) 46880.000039/2015-54;

605

606

607

608

609 **ENCERRAMENTO:** Após o relato dos processos e não havendo nada para tratar, o
610 Presidente, Sr. Paulo Sérgio de Almeida agradeceu a presença e a contribuição de todos e
611 encerrou a X Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração do dia nove de dezembro
612 de dois mil e quinze.

613

614

615

616

617

Paulo Sérgio de Almeida

618

Ministério do Trabalho e Emprego

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

Brasília

639

Dezembro 2015.